

# Eleições: hora de cobrar dos candidatos políticas de assistência farmacêutica



Secretária Geral do CFF, Lérica Vieira, pede que CRFs apresentem aos candidatos aos governos propostas de políticas de uma ampla assistência farmacêutica

A Secretária Geral do Conselho Federal de Farmácia, Lérica Maria dos Santos Vieira, apela aos farmacêuticos e aos Conselhos Regionais de Farmácia de todo o Brasil para que enviem aos candidatos aos governos dos seus Estados propostas de políticas públicas de assistência farmacêutica. Pede ainda que cobrem aos eleitos a execução dessas propostas.

As políticas de assistência farmacêutica sugeridas devem priorizar o acesso da população aos medicamentos e a inclusão do farmacêutico nas mesmas. “Os CRFs precisam convidar os candidatos a uma conversa, com vistas a convencê-los da necessidade de adotarem uma política de assistência farmacêutica que atenda às necessidades de consumo de medicamentos da população”, explica Lérica Vieira. Segundo ela, essa política deve basear-se na nova Rename (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais), que está sendo concluída pelo Ministério da Saúde.

Quanto à atenção farmacêutica, a dirigente do CFF pede que os Conselhos de Farmácia tentem igualmente persuadir os candidatos sobre a importância do farmacêutico numa política de assistência. “Governantes andam falando por aí sobre política de assistência farmacêutica. Mas que assistência é essa que, muitas vezes, não inclui o

ato farmacêutico? Como isso é possível?”, ironizou.

Para Lérica Vieira, não basta o farmacêutico atuar nos programas de saúde, fazendo seleção, compras e armazenamento de medicamentos, etc. Isso, aliás, já é feito pelo profissional, em vários locais. “É preciso que o farmacêutico vá para a ponta, onde está o paciente, para prestar-lhe orientação sobre doenças e medicamentos, realizando, enfim, o seu grande trabalho de atenção primária, coisa para o qual ele está qualificado e quer fazer”, explica.

Segundo Lérica Vieira, o Brasil não pode se dar o luxo de dispensar os serviços de atenção primária do farmacêutico. “Mesmo porque esses serviços são a salvação da humanidade, tanto que a Organização Mundial de Saúde tem apelado às autoridades de saúde para que os adotem, urgentemente”. Lérica diz que a atenção primária é barata, eficaz e ágil, pois usa os recursos da prevenção, evitando, muitas vezes, a utilização de serviços médicos mais sofisticados, caros e que chegam com dificuldades à maioria da população. “Ora, se países do Primeiro Mundo adotam a atenção a atenção primária praticada por farmacêuticos, por que o Brasil não o faz?”, questiona.

**Falta de conhecimento -**

Muitas vezes, explica a dirigente do CFF, o candidato sequer tem conhecimento dos benefícios dos serviços farmacêuticos. Acha que a contratação de profissionais é algo caro e gera despesas extras ao Município, sobrecarregando a folha, quando, na verdade, e exatamente o contrário.

“Ora, se o candidato pensa assim, é por desconhecimento. Então, cabe a nós próprios convencê-los do contrário. Precisamos dizer a ele, por exemplo, que o farmacêutico poderá baixar em cerca de 40% os gastos com medicamento, evitando os desperdícios corriqueiros das compras mal feitas, do armazenamento inadequado, da falta de seleção/padronização, da ausência de um levantamento do perfil epidemiológico da região e da dispensação sem os critérios inerentes à atenção farmacêutica”, justifica.

Diz que o farmacêutico brasileiro já é suficientemente qualificado para assumir esta grande tarefa social e sanitária da atenção primária. E todo esforço – inclusive o do convencimento – precisa ser feito em favor de sua implementação. A aproximação dos CRFs e farmacêuticos aos candidatos deve continuar, após as eleições, com vistas à cobrança da execução das propostas, conclui.